

**O ENSINO DE HISTÓRIA COMO INSTRUMENTO DE DESCONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO RACISMO**

Hortência Keize Araújo Cardin<sup>1</sup>

**RESUMO**

O Ensino de História foi diretamente afetado pela sanção da Lei Nº 10.639/2003 que torna obrigatória a temática da “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino, o Ensino de História ao longo da sua trajetória foi pautado em um currículo com base em uma visão eurocêntrica de mundo, o que acarretou na reprodução de estereótipos acerca do continente africano e de seus descendentes, desta forma, faz-se necessário mostrar a importância do ensino de história como instrumentos da desconstrução das representações sociais do racismo. Enfatizar o papel dos professores, sobretudo os de História, para que a implementação da lei torne-se efetiva bem como difunda-se o conhecimento das legislações vigentes para que assim contribuam para a construção de práticas educacionais mais democráticas e igualitárias.

Palavras-chave: Ensino de História, racismo, educação étnico-racial

**1 INTRODUÇÃO**

No sistema educacional brasileiro a História é uma das disciplinas que compõe o currículo escolar. No Brasil o ensino de História percorreu uma longa trajetória até se estabelecer como uma disciplina autônoma e ser reconhecida como uma disciplina de suma importância para o desenvolvimento crítico do pensamento humano.

A História como disciplina constitui-se, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's – História, 1998), como o saber histórico escolar, e a ela é atribuído o papel de “difundir e consolidar identidades no tempo, sejam étnicas,

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em Educação para as relações étnico-raciais pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Professora de História do Exército Brasileiro, atuando como docente do Ensino Fundamental II, no Colégio Militar de Belém (CMBEL). E-mail: hortenciakeize@gmail.com

culturais, religiosas, de classes e grupos, de Estado ou Nação.”<sup>2</sup>. Os PCN’s afirmam ainda que:

em benefício do fortalecimento do papel da História na formação social e intelectual de indivíduos para que, de modo consciente e reflexivo, desenvolvam a compreensão de si mesmos, dos outros, da sua inserção em uma sociedade histórica e da responsabilidade de todos atuarem na construção de sociedades mais igualitárias e democráticas.<sup>3</sup>

Assim sendo, o ensino de História, não se encerra apenas como um conjunto de conteúdos a compor o currículo escolar, é necessário que a disciplina seja vista com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento crítico dos discentes, assim como a plena cidadania dos mesmos, para tanto é preciso entender o saber histórico como um instrumento que permite o entendimento da realidade social do Brasil e que cada discente pode ser um agente transformador de tal realidade.

O Brasil apresenta uma realidade social que fora construída ao longo dos anos, desde o período colonial, aos dias de hoje, e embora tenham ocorrido inúmeras transformações durante esse processo de formação histórica do país, algumas estruturas e representações sócias permanecem como parte da sociedade brasileira. O Brasil é considerado um país miscigenado, que aglutina em sua identidade nacional, características étnicas e elementos culturais de europeus, negros e brancos, por isso, cristalizou-se no Brasil a ideia do “paraíso racial” e que a sociedade vive uma democracia racial, logo no país não existe racismo e discussões acerca do tema seriam irrelevantes, uma vez que não se enfrenta tais problemas.

No entanto, sabe-se, através de vários estudos que a democracia racial no Brasil é uma *fábula*<sup>4</sup>, na verdade o mito da democracia racial “implica a consideração de um aparente paradoxo: a exaltação da miscigenação como mecanismo de discriminação racial.”<sup>5</sup>, por isso, apesar da libertação dos negros em 1888 do regime escravista que vigorou no Brasil desde o período colonial, a igualdade civil não

---

<sup>2</sup> BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - História**. Brasília, MEC/SEF, 1998, p.29.

<sup>3</sup> Idem, p.29

<sup>4</sup> Sobre a Fábula das 3 raças, ver: DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

<sup>5</sup> COELHO, Wilma Baía & CABRAL, Rebeca Pereira. Relações sociais no “Paraíso Racial”: Considerações iniciais sobre um mito. *In*: Coelho, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar (Orgs) . **Raça, cor e diferença: A escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2005, p.26.

acompanhou a assinatura da Lei Áurea e ainda hoje perpetuam-se padrões e representações sociais da experiência escravista no Brasil: “a pobreza tem cor – os *negros, pardos e mestiços* de toda ordem compõem a grande parcela da população pobre brasileira.”<sup>6</sup>.

Tais fatores perpetuam-se na sociedade uma vez que há uma enorme disparidade social que acabam contribuindo para práticas discriminatórias, desigualdades econômicas que dificultam à população negra o acesso à serviço de necessidades básicas, tais como saúde, educação e segurança, o que as coloca em situação de vulnerabilidade social, além de representações negativas da população negra e afro-descendentes e de sua cultura na mídia e até mesmo no contexto escolar. Muitas vezes a representação da cultura negra é apresentada de forma estereotipada ou até mesmo acaba sendo invisibilizada, o que contribui, negativamente, na reprodução de práticas discriminatórias e perpetuação do racismo na sociedade brasileira.

Para ajudar no combate ao racismo no Brasil, o Ensino de História pode ser utilizado como uma ferramenta importante já que, apoiado nos objetivos estabelecidos através dos PCN's, podemos compreender a contribuição da população negra na formação da identidade nacional do Brasil sem estereótipos, pois entre as finalidades do ensino de História, está estabelecido:

conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais;<sup>7</sup>

Desta forma, cabe ao professor utilizar o ensino de História como instrumento de desconstrução das representações sociais do racismo para que assim se obtenha uma sociedade mais igualitária. Portanto, abordar-se-á, em linhas gerais, elementos que permitem aos docentes desconstruir visões estigmatizadas sobre História da população negra, para isso, será apresentado uma breve trajetória do ensino de História no Brasil e como tal ensino foi influenciado por padrões europeus que

---

<sup>6</sup> Idem, p. 20.

<sup>7</sup> BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - História**. Brasília, MEC/SEF, 1998, p.43.

acarretam na reprodução do preconceito e até mesmo na estereotipização do continente africano. Também será tratado da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o Ensino de História Africana e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares e como essa lei mudou, de forma positiva, as perspectivas do Ensino de História no Brasil.

Diante disso, os professores, sobretudo os professores de história tem um importante papel na luta contra o racismo, pois podem utilizar o saber histórico na sala de aula para desconstruir as representações sociais negativas sobre a população negra e ainda tornar-se agentes da implementação de políticas públicas que visem o trato com as questões étnico-raciais.

## **2 O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL**

A História como disciplina independente surgiu na França, no século XIX, e tinha como objetivo criar a gênese da Nação e o Estado, onde se abordava a História sob a perspectiva dos fatos “mais importantes” e dos heróis na nação. O ensino de História no Brasil foi influenciado pela visão francesa e segundo Selva Guimarães (1993), a História do Brasil ficava em posição secundária em relação à História Universal.

O ensino de história na escola fundamental brasileira esteve desde sua inclusão nos programas escolares (século XIX) fortemente articulado a tradições europeias, sobretudo francesa. Durante o século XIX e início do século XX, privilegiava-se o ensino de história universal segundo o esquema quadripartite: história Antiga, história da Idade Média, história Moderna e história Contemporânea. O ensino de história do Brasil era visto em conjunto com a história universal numa posição secundária.<sup>8</sup>

Segundo, Selva Guimarães, a partir de 1940, no período do Estado Novo, a disciplina História foi estabelecida como disciplina autônoma pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, durante essa época vivia-se sob a égide da lógica da racionalização capitalista que fora incorporada pelas escolas brasileiras nas décadas de 1920, 1930 e subsequentes, apresentando as seguintes características:

[...] nas décadas de 1920 e 1930 é aprimorada pelas novas mudanças por meio do aperfeiçoamento do controle técnico e burocrático no interior das escolas: a perda maior do controle do processo de ensino e a subordinação dos professores aos supervisores e orientadores pedagógicos, a massificação e a imposição do material didático (livro didático por excelência) são algumas das formas aperfeiçoadas.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> FONSÊCA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993, p.51.

<sup>9</sup> FONSÊCA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993, p. 26.

A partir da década de 60 e com mais intensidade a partir de 1964, com o Golpe Militar, “o papel da educação assim como as metas para o setor, [...], estiveram estritamente vinculados ao ideário de segurança nacional e de desenvolvimento econômico.”<sup>10</sup> E assim ao longo da trajetória do história do sistema educacional brasileiro a história é palco de embates e lutas entre professores e a determinação do Estado, que sempre tem a disciplina como uma forma de controle e atrelada aos interesses da classe dominante e de legitimação do Estado.

### **3 O ENSINO DE HISTÓRIA E A VISÃO EUROCÊNTRICA DE MUNDO**

No Brasil, desde o século XIX, segundo revelam os estudos de Marcos Silva e Selva Fonseca (2010) já havia certa preocupação em relação à disciplina de História e os currículos que a embasavam e, desde então essa disciplina apresentava um “papel formativo” dentro da disciplina escolar. Do século XIX aos dias atuais, o Ensino de História passou por inúmeras transformações, principalmente a partir da década de 80, do século XX quando os conhecimentos escolares passaram a ser questionados e redefinidos por reformas curriculares nas esferas federais, além das estaduais e municipais. Mas ainda hoje a disciplina é vista como parte fundamental para a formação de cidadãos e assim está expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)/História (1998) “o ensino de História pode favorecer a formação do estudante como cidadão, para que assuma formas de participação social, política e atitudes críticas diante da realidade atual, aprendendo a discernir os limites e as possibilidades de sua atuação, na permanência ou na transformação da realidade histórica na qual se insere.”<sup>11</sup>.

Mas essa formação passa pela seleção dos conteúdos que compõe o currículo da disciplina, logo, a História ensinada é um recorte temporal histórico,

Um currículo de História é, sempre, produto de escolhas, visões, interpretações, concepções de alguém ou de algum grupo que, em determinados espaços e tempos, detém o poder de dizer e fazer. Os currículos de História – sejam aqueles produtos das políticas públicas ou da indústria editorial, sejam os currículos construídos pelos professores na

---

<sup>10</sup> Idem, p. 19.

<sup>11</sup> BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - História**. Brasília, MEC/SEF, 1998, p.36.

experiência cotidiana da sala de aula – expressam visões e escolhas, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos.<sup>12</sup>

Assim, como as políticas públicas são reflexos das decisões do Estado, o currículo escolar, também é um elemento que corrobora com a reprodução da ideologias, “a cultura escolar é a cultura da classe dominante transformada em legítima, objetivável e indiscutível.”<sup>13</sup>.

Em face disso, mesmo a LDB (Art. 3º) apontando os princípios da igualdade, pluralismo de ideias, apreço à tolerância, entre outros, os currículos escolares ao que se refere à História como disciplina, ainda apresentam uma visão muito eurocêntrica dos processos históricos baseada em um cultura tida como “superior e civilizada”. “Apesar da renovação teórico-metodológica da História nos últimos anos, o conteúdo programático dessa disciplina na escola fundamental tem primado por uma visão monocultural e eurocêntrica de nosso passado.”<sup>14</sup>. Partindo dessa visão eurocêntrica de mundo durante muito tempo construiu-se ideias que os povos que viviam foram do continente europeu estavam à margem do desenvolvimento, da capacidade intelectual entre outros preconceitos cunhados a partir dessa ideologia.

Por conta de visões eurocêntricas, errôneas, unilaterais e discriminatórias destacamos o continente africano que era visto (e de certa forma ainda é visto) como um dos continentes mais atrasado e primitivo, habitado por populações em estágios inferiores da evolução humana, logo não servira de referência para pautar a formação brasileira.

Tradicionalmente, o ensino brasileiro abordava a formação brasileira como um desdobramento lógico e conseqüente da história europeia, ou seja, após rápida referência às sociedades antigas como a egípcia e a mesopotâmica,

---

<sup>12</sup> SILVA, Marcos Antônio da e FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. vol.30, nº 60, p. 13-33, 2010, p. 16.

<sup>13</sup> COELHO, Wilma et al. Concepções Político-Educacionais excludentes, notas em curso. *In*: Coelho, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar (Orgs) . **Raça, cor e diferença: A escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2005, p.49.

<sup>14</sup> FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades. **Cad. Cedes, Campinas**, vol. 25, n. 67, p.380, set./dez. 2005

os alunos eram levados a ver a sociedade ocidental, desde a conformação do mundo Greco-romano, na Europa, como matriz cultural brasileira.<sup>15</sup>

Assim, o ensino de História ao que se refere ao continente africano, cultura africana e afro-brasileira e sua população é permeado por visões eurocêntricas, estereotipadas, generalizantes e discriminatórias sobre a África e sua população, para Carlos Moore, o ensino de história africana é um “campo semeado tradicionalmente de abordagens conflitantes e de acerbos controvérsias”<sup>16</sup> fazendo com que o ensino de história que deveria dirimir o etnocentrismo acabam contribuindo para a constituição de práticas discriminatórias e conhecimentos que não levam em conta questões de diversidades culturais e nem valorizam o multiculturalismo.

Em virtude dos fatos apontados é necessário que o ensino de História valorize as temáticas relacionadas à diversidade étnico-cultural na formação do sistema educacional brasileiro, surge assim a necessidade de se inserir conteúdos de História Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares e que tais temas sejam abordados sem generalizações ou distorções, para que não haja preconceito ou discriminações que venham a prejudicar os valores e atitudes essenciais para a formação da cidadania do povo brasileiro.

#### **4 OS ESTEREÓTIPOS ACERCA DO CONTINENTE AFRICANO**

A inserção dos conteúdos de História africana e cultura afro-brasileira nos currículos escolares é de fundamental importância porque, como já fora explanado anteriormente, o conhecimento a respeito da África baseia-se em uma visão eurocêntrica sobre o continente, o que acarreta em várias generalizações e distorções sobre África e ainda contribui para a difundir representações negativas e ainda reproduzem o preconceito e a discriminação da África, o povo africano e afro-descendentes.

---

<sup>15</sup> ROCHA, Helena do Socorro Campos da. A experiência com a Lei Nº 10.639/03 CEFET-PA: Formação inicial e continuada. In: Coelho, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar (Orgs) . **Raça, cor e diferença: A escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2005, p. 56-62.

<sup>16</sup> WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o ensino da História da África no Brasil (Considerações preliminares)**. Sem publicação, 2005.

Segundo Leila Hernandez, isso acontece porque há um “equivoco no tratamento referencial que diz respeito ao continente africano e às suas gentes.”<sup>17</sup>. De acordo com esta autora, a visão que geralmente se tem do continente africano e do seu povo é a visão de “África inventada”, esse pensamento começou a ser formulado no século XVI em decorrência das teorias racionalistas que estavam ganhando força ao mesmo tempo em que as práticas colonialistas vinculadas ao mercantilismo do período moderno estavam em voga. Esse pensamento acabou reduzindo à África a um continente inferior à Europa, visão esta que atribuiu um olhar imperial dos europeus sobre o continente africano e ainda contribuiu para que se obtivesse um argumento que justificava a colonização da África.

A visão elaborada pelos europeus, integra o “saber moderno”<sup>18</sup>, formularam uma visão de mundo que universalizou o processo histórico atribuindo à Europa e à África os papéis de superioridade e inferioridade, respectivamente. Esse pensamento que surgiu a partir do século XVI e atribuiu um olhar imperial dos europeus sobre os povos e o território africano, consolidou-se no século XIX e também serviu para fundamentar a ação dos europeus no período conhecido como neo-colonialismo que provocou a partilha da África. O efeito desse pensamento inventado se prolonga até os dias de hoje.

O saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que compõem um ‘olhar imperial’ sobre o universo. [...]O conjunto de escrituras sobre a África em particular entre as últimas décadas do século XIX e os meados do século XX, contem equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento, quando não do próprio desconhecimento sobre o continente africano.<sup>19</sup>

Tomando como base a história da Europa e a estrutura organizacional de suas instituições políticas, sociais e culturais a África, detentora de uma cultura e organização tão diversa, foi colocada em uma posição de inferioridade e seu povo classificado como primitivo, logo, o continente passou a ser visto sob a perspectiva de

---

<sup>17</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. O olhar Imperial e a Invenção da África. In: \_\_\_\_\_. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 17.

<sup>18</sup> Expressão usada por Leila Hernandez. Ver: HERNANDEZ, Leila Leite. O olhar Imperial e a Invenção da África. In: \_\_\_\_\_. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 17.

<sup>19</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. O olhar Imperial e a Invenção da África. In: \_\_\_\_\_. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 17-18

não ter povo, nação, nem Estado, uma vez que não estavam de acordo com os padrões estabelecidos pela cultura europeia.

Além de muitas generalizações, os estereótipos mais cristalizados da África e seu povo é a que a África sendo um “estado de selvageria, no qual predomina a natureza, isto é, não se produzem cultura e história”<sup>20</sup> neste continente. A África como um todo, apesar das suas inúmeras peculiaridades, é caracterizada, principalmente, por seus elementos, considerados exóticos e primitivos.

Sobre a população africana, principalmente sobre os negros, recaí a imagem do homem natural em toda a sua barbárie e violência, “O negro, marcado pela pigmentação da pele, transformado em mercadoria e destinado a diversas formas compulsórias de trabalho, também é símbolo de uma essência racial imaginária, ilusoriamente inferior.”<sup>21</sup>. Tal pensamento, na verdade, enraizou-se, mas não se pode esquecer que, “As raízes das justificativas para as arbitrariedades e a opressão presentes nas relações estabelecidas entre ocidentais e africanos, desde o século XV e que foram reforçados com o imperialismo colonial de fins do século XIX.”<sup>22</sup>. Esses estereótipos formaram a visão que ainda hoje permeia grande parte das relações sociais da atualidade e ainda servem como justificativa para discriminações e preconceitos.

## **5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E O RACISMO À BRASILEIRA.**

Sabe-se que as visões formadas a respeito do continente africano e suas gentes, foi na verdade, uma invenção para justificar o imperialismo europeu sobre a África, no entanto, essas visões acabaram fundamentado o discurso de civilização sob a ótica europeia e que provoca marcas profundas na sociedade, justificando o racismo e as discriminações.

Duas representações foram fundamentais para a difusão das ideias equivocadas sobre a África, a primeira, de acordo com Leila Hernandez, é não historicidade do continente, portanto, “sem autonomia para construir a sua própria

---

<sup>20</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. O olhar Imperial e a Invenção da África. In: \_\_\_\_\_. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005, p.20.

<sup>21</sup> Idem, p.23.

<sup>22</sup> Ibidem, p.44.

história”<sup>23</sup>, o povo africano, classificado dentre os seres humanos como inferior e vale ressaltar que

[...] esse sistema classificatório integrou o discurso político-ideológico europeu, justificador tanto do tráfico atlântico de escravos como dos genocídios na África do Sul praticados pelos bôeres, e da violência colonialista contra as revoltas de escravos nas Américas.<sup>24</sup>

A segunda, consiste na visão da existência de duas Áfricas, separadas pelo deserto do Saara, a África ao norte do deserto e a África ao sul do Saara que consiste na África subsaariana, a África negra, e que não existiria contato entre ambas, o que aumenta o argumento do estado de selvageria do território ao sul do Saara, justificando a exploração intensa e a dominação. De acordo com Leila Hernandez, “Reconhecido como verdade, esse pensamento de tendência hegemônica apresenta-se isento de indagações, perpetuando as ideias da cisão entre as Áfricas, da não historicidade da África negra e dos estereótipos raciais.”<sup>25</sup>

No Brasil, país que mais recebeu a população negra no período moderno, em virtude do tráfico humano, desde o período colonial, a posição social dos negros foi estabelecida a partir das perspectivas da “África inventada”<sup>26</sup>, por isso, foram tratados como seres inferiores.

Nos tempos da colônia os negros e mulatos eram relegados às profissões e atividades consideradas degradantes para os brancos.[...] Herdamos do período colonial um mundo repleto de preconceitos, apesar do intenso processo de miscigenação. Ao contrário do que se pode imaginar, a miscigenação apenas colaborou para aumentar a massa da população escrava [...]”<sup>27</sup>

Ao longo de três séculos de escravidão da população negra no Brasil, os negros estiveram submetidos às condições precárias de vida e de trabalho.

Poucas eram as alternativas de trabalho e as oportunidades oferecidas aos negros e mulatos. Não se criaram condições para que a população negra se integrasse na nova ordem social. Os antigos escravos e seus descendentes continuaram a ser tratados como párias, discriminados pela cor e pela classe

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>24</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. O olhar Imperial e a Invenção da África. In: \_\_\_\_\_. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005, p.19.

<sup>25</sup> Idem, p.23

<sup>26</sup> Expressão utilizada por Leila Hernandez.

<sup>27</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. São Paulo: Ática, 1994, p. 10.

social e chamados pelos tradicionais estereótipos – boçal, sujo, estúpido, atrasado, bruto, imoral, mentiroso, degenerado.<sup>28</sup>

Mesmo com a assinatura da Lei Áurea em 1888, que concedeu a liberdade aos escravos no Brasil, as condições de vida e de trabalho não foram relevantes para essa parcela da população, privados do acesso à moradia e educação, poucas eram as profissões as quais os ex-escravos poderiam ter acesso, a liberdade foi concedida, mas a igualdade civil não foi conquistada.

[...] analisando o cotidiano do ex-escravo, verificamos que as condições e as oportunidades de trabalho oferecidas pouco diferiam de uma escravidão disfarçada. Apesar de livres por lei, os negros e seus descendentes continuavam vivendo na condição de servo ou de criado. [...] Os libertos continuaram a viver à margem da economia brasileira, entregues à fome, à miséria e aos castigos corporais. Na maioria dos casos, ser livre ou escravo não mudava a situação precária de vida. A fome e o abandono s levavam ao alcoolismo, ao crime e mesmo à loucura. As condições insalubres em que viviam e os maus-tratos a que eram submetidos favoreciam a manifestações de doenças e os surtos de insanidade.<sup>29</sup>

Passado um pouco mais de um século do fim da escravidão, as marcas da recente escravidão são feridas abertas que apontam o quão dolorido foi esse capítulo da escravidão negra na História do Brasil. Embora, o Brasil seja um país considerado miscigenado, utiliza-se o “mito da democracia racial” para falsear a ideia que não existe racismo no Brasil. Mas, na verdade, as representações sociais que temos sobre a população negra, hoje no Brasil e a realidade social em que se encontram, segundo, Maria Carneiro, são “fragmentos de um massacre secular”<sup>30</sup>

Atualmente, a população negra constitui-se em mais da metade da população brasileira, no entanto, sabe-se que grande parcela desta população está em condições subalternas aos brancos.

Um levantamento feito nos mais diversos setores civis e militares, da sociedade brasileira, e em alguns da chamada elite, constatamos que o negro (inclua-se o mulato) não ocupa espaço compatível com, pelo menos, a proporcionalidade do seu número oficial existente, que corresponde a 48% da população, se levar em conta a conceituação da UNESCO – segundo a

---

<sup>28</sup> Idem, p. 16

<sup>29</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. São Paulo: Ática, 1994, p.16.

<sup>30</sup> Idem, p.60

qual, 70% da população brasileira é negra ou mestiça, com algum grau de ascendência africana.<sup>31</sup>

A população negra compõe grande parte da população pobre do Brasil e se constituiu em ciclo de reprodução da pobreza e do racismo, pois não há acesso dessa parcela da população à serviços básicos, tais como saúde e educação de qualidade, fazendo com que eles continuem em condições marginalizadas. Tomando como referência essa realidade social do Brasil, pode-se compreender a importância da escola e sobretudo, do ensino de história, como protagonista no combate contra o racismo, uma vez que, através dele o professor pode atuar para desconstruir as visões estigmatizadas da África que foram inventadas no período moderno e que ainda hoje, infelizmente, fazem parte do imaginário social brasileiro.

## **6 - A LEI 10.639 E AS MUDANÇAS DE PARADIGMAS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

O cenário apontado acima é um “modelo excludente de legitimação de um discurso particular da cultura dominante, na qual não há espaço para aquela parcela da população que, embora maior em número, é tratada tacitamente como minoria.”<sup>32</sup>. Por causa dessa exclusão, a partir do final da década de 70 do século XX, os movimentos sociais, com destaque o Movimento Negro, passaram a despontar com mais força no cenário das reivindicações sociais no Brasil e assim deram visibilidade as discussões relacionadas à questões Étnico-Raciais no Brasil já que “foram experiências políticas fundamentais para o encaminhamento dos programas de ações afirmativas atuais e para a visibilidade dos problemas referentes à ascensão social das populações negras.”<sup>33</sup>.

Em meio ao contexto de lutas e reivindicações do Movimento Negro, em 2003 é decretada a Lei Nº 10.639/2003 que altera a LDB para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Esta

---

<sup>31</sup> SILVA, Martiniano José da. As estatísticas mostram onde está o racismo. In: \_\_\_\_\_ . **Racismo à brasileira – raízes históricas: Um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009, p. 304.

<sup>32</sup> COELHO, Wilma et al. Concepções Político-Educacionais excludentes, notas em curso. In: Coelho, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar (Orgs) . **Raça, cor e diferença: A escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2005, p.51.

<sup>33</sup> GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade Fragmentada: Um Estudo sobre a História do Negro na Educação Brasileira (1993 – 2005)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.p.35.

lei é considerada um marco que institucionaliza o debate acerca das questões Étnico-Raciais no Brasil. Além dela, já em 2004, o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) 3/2004 e a Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004 instituíram as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” que visam atender a Lei Nº 10.639/2003 e “tem hoje força de lei e representam uma vontade de democratização e correção das desigualdades históricas na sociedade brasileira.”<sup>34</sup>.

Após a sanção da Lei Nº 10.639/2003 e dos documentos que a subsidiam não se pode mais pensar no Brasil sem o estabelecimento de discussões a respeito de questões raciais. Com o estabelecimento de tal legislação e as novas diretrizes para o ensino que visam desenvolver políticas de reparação e de ações afirmativas em relação às populações afrodescendentes bem como atuar no combate ao racismo e ao preconceito presente na sociedade brasileira. Porém, para que a realidade social do Brasil comece a mudar é preciso que as políticas públicas, efetivamente, sejam implementadas, pois as leis são instrumentos de legitimação das políticas públicas, porém torná-las obrigatórias não garante condições suficientes para uma implementação de fato.

A Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino Fundamental e Médio, o ensino desta temática deve ser baseado no estudo da África e dos africanos, assim como na luta dos negros no Brasil, da cultura Afro-Brasileira e do negro na formação da sociedade nacional, dando ênfase na sua contribuição social, econômica e política. A História foi uma das disciplinas que sofreu diretamente a influência da incorporação do tema, todavia, as visões eurocêntricas, estereotipadas e generalizantes acerca da história da África e de sua cultura, assim como o pouco conhecimento por parte de docentes e pesquisadores sobre o continente africano, provocam deficiências e distorções sobre a África, sua população e sua cultura.

Para Carlos Moore, o ensino de história da África no Brasil, necessita de novas bases, que desprendam-se das ideias cristalizadas que foram veiculadas ao longo

---

<sup>34</sup> ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p.6.

dos anos sobre a África e que de certa forma ainda se fazem presentes nas salas de aula ainda hoje, para ele “a generalização do ensino de história da África apresenta problemas específicos.”<sup>35</sup> que passam pelas problemáticas, epistemológicas, metodológicas e didáticas.<sup>36</sup>

O Ensino de História de acordo com os parâmetros curriculares nacionais, como fora dito anteriormente, ainda hoje, tem o papel de atuar na formação social e intelectual dos indivíduos onde todos devem ser agentes na construção de sociedades mais igualitárias e democráticas cabe, então aos professores, neste caso, especificamente, os de História trabalhar para que se cumpra a obrigatoriedade positiva da Lei nº 10.639/2003 para que a História seja compreendida pelo viés da singularidade e haja uma construção social onde os mitos da democracia racial sejam desnecessários e que negros, indígenas entre outras etnias sejam compreendidos como agentes participativos dos processos históricos.

Para isso é necessário que o professor de História tenha pleno domínio das diversas linhas historiográficas, no entanto, se para o Ensino da História Geral a historiografia apresentada em sala de aula já é deficiente para o ensino de História Afro-Brasileira e Africana é mais deficitária ainda. Sendo assim, são necessários que métodos pedagógicos efetivos sejam utilizados para veicular o conhecimento da historiografia Afro-Brasileira e Africana apreendidos no âmbito acadêmico de forma adequada nas salas de aula da educação básica e dessa forma se efetive a implementação da Lei nº 10.639/2003 através do ensino de História para que de forma progressiva sejam eliminadas visões discriminatórias sobre negros, afrodescendentes, indígenas entre outras minorias étnicas. A partir da implementação da referida lei é necessário que o sistema educacional, através de gestores e professores insiram os conteúdos da temática africana no currículo escolar sem “a visão negativa sobre a África que predominou na sociedade brasileira durante tanto tempo.”<sup>37</sup>, além disso é preciso que os cursos de formação de professores, neste

---

<sup>35</sup> WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o ensino da História da África no Brasil (Considerações preliminares)**. Sem publicação, 2005.p.4

<sup>36</sup> Sobre as problemáticas apresentadas por Carlos Moore ver: WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o ensino da História da África no Brasil (Considerações preliminares)**. Sem publicação, 2005.

<sup>37</sup> WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o ensino da História da África no Brasil (Considerações preliminares)**. Sem publicação, 2005.p.29

caso, sobretudo a formação de professores de História também inseriram as temáticas africanas nas diretrizes curriculares dos cursos de licenciaturas para que os professores que atuarão na educação básica tenham competências e habilidades de trabalhar as temáticas em sala de aula a partir de saberes teóricos e metodológicos adquiridos no decorrer de suas formações.

Mesmo após 10 anos da implementação da Lei nº 10.639/2003, Wilma e Mauro Coelho (2013) afirmam<sup>38</sup> que o trato com as temáticas eleitas pela legislação se dá de modo superficial, por isso é importante que os professores tanto do ensino superior quanto do ensino básico tenham arcabouços teóricos necessários para que haja uma implementação efetiva da lei.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabemos que as políticas públicas para as Relações Étnico-Raciais foram frutos de muitas lutas e entraves, nos últimos anos, no cenário político e social do Brasil. Essas transformações são de fundamental importância para garantir melhorias para populações negras que ao longo da História, viveram à margem da sociedade, impedidas de exercer uma cidadania plena. Estamos na gênese de real transformação da realidade social no Brasil, ainda temos um longo caminho a percorrer, nesse caminho de transformações temos o professor com um papel crucial de agente transformador da realidade social.

A escola ainda é considerada o lócus principal de produção de saberes, portanto, é neste local que o pluralismo, sem generalizações e distorções deve imperar, o professor é o instrumento principal de implementação de políticas públicas em Educação para as Relações Étnico-Raciais, ele é capaz de mudar estruturas cristalizadas da sociedade brasileira, capaz de impedir que o sistema educacional brasileiro continue como um aparelho reprodutor da ideologia da classe dominante. Portanto, o ensino de História é um instrumento legítimo e fundamental para formação de uma sociedade mais democrática e igualitária.

## **REFERÊNCIAS**

---

<sup>38</sup> COELHO, Wilma de Nazaré Baía and COELHO, Mauro Cezar. **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso.** *Educ. rev.* [online]. 2013, n.47, pp. 67-84. ISSN 0104-4060, p.77.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p.5-20.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - História**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Parecer Homologado, Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Diário Oficial da União de 19/5/2004, 2004.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. São Paulo: Ática, 1994.

COELHO, Wilma Baía & CABRAL, Rebeca Pereira. Relações sociais no “Paraíso Racial”: Considerações iniciais sobre um mito. *In: Coelho, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar (Orgs). Raça, cor e diferença: A escola e a diversidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2005, p. 19-33.

COELHO, Wilma et al. Concepções Político-Educacionais excludentes, notas em curso. *In: Coelho, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar (Orgs) . Raça, cor e diferença: A escola e a diversidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2005, p. 34-55.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía and COELHO, Mauro Cezar. **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso**. *Educ. rev.* [online]. 2013, n.47, pp. 67-84. ISSN 0104-4060, p.68-84.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades. **Cad. Cedes, Campinas**, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 26 de setembro de 2014.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade Fragmentada: Um Estudo sobre a História do Negro na Educação Brasileira (1993 – 2005)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FONSÊCA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993,

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

HERNANDEZ, Leila Leite. O olhar Imperial e a Invenção da África. In: \_\_\_\_\_ . **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 17-44.

SILVA, Martiniano José da. As estatísticas mostram onde está o racismo. In: \_\_\_\_\_ . **Racismo à brasileira – raízes históricas: Um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o ensino da História da África no Brasil (Considerações preliminares)**. Sem publicação, 2005.